

GRUPO PARLAMENTAR



**Exmo. Senhor
Presidente da Comissão
de Educação, Ciência, Juventude e Desporto,
Deputado Firmino Marques**

**ASSUNTO: Requerimento para Audição do Ministro da Educação na
Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, com caráter
de urgência**

Atendendo a que, a partir de dia 8 de fevereiro, professores e educadores retomarão a atividade letiva, através de teletrabalho, garantindo assim o funcionamento das escolas.

Atendendo a que estes profissionais estão impossibilitados de beneficiar de qualquer medida de apoio e acompanhamento de filhos menores de 12 anos, assim como os respetivos cônjuges, dado que, de acordo com a legislação em vigor, estando um dos elementos do casal em teletrabalho anula a possibilidade de o outro poder permanecer em casa para apoio a filhos.

Atendendo a que o horário dos professores obedece a uma organização que não é flexível, dada a necessidade de se articular com o de outros docentes e o dos alunos, não é possível alterar uma atividade prevista para determinada hora para coordenar com os ritmos e as necessidades dos filhos dos docentes, coincidindo muitas vezes com o momento em que decorre atividade síncrona e o docente se encontra em contacto visual e sonoro com as suas turmas.

Atendendo a que os professores e educadores não estão contemplados no grupo de trabalhadores de serviços essenciais, estão assim impedidos de recorrer às creches e escolas de acolhimento, mas também não podem beneficiar dos apoios de assistência à família, por estarem em teletrabalho.

No âmbito do objeto desta Comissão, ao Grupo Parlamentar Os Verdes parece ser essencial encontrar uma solução para a situação, de modo a que o normal desenvolvimento da atividade letiva, no modelo de ensino à distância cause o menor impacto negativo possível nos alunos e nas suas aprendizagens.

Pelo exposto, vem o Grupo Parlamentar Os Verdes requerer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, **a audição do Ministro da Educação na Comissão de Educação, Ciência, Desporto e Juventude, com caráter de urgência, nomeadamente sobre ensino à distância e acompanhamento de filhos menores pelos docentes.**

Assembleia da República, 5 de fevereiro de 2021

A Deputada

Mariana Silva